



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 13**

### **7.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 22 de fevereiro de 2019**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Anabela Milhinhos (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Dias Pedro, Ana Lopes (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, António Queiroz (em substituição de João Manuel Ribeiro Realinho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas. Verificada a existência de quórum, deu conhecimento do expediente recebido pelos serviços de apoio administrativo daquela Assembleia Municipal e informou que a generalidade da correspondência estava disponível na plataforma. Sendo aquela uma Assembleia ordinária, disse que iriam passar ao período de intervenção do público.-----

#### **Período de intervenção do público:**

Não houve inscritos.-----

#### **Período antes da ordem do dia:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa disse que a Câmara tinha requerido que fossem incorporados na ordem de trabalhos um conjunto de pontos, os quais tinham ido à posteriori do edital e daquela convocatória e cuja inclusão a Assembleia teria de se pronunciar, nos termos da lei: -----

- Desafetação de oito parcelas de terreno, situadas na Avenida do Brasil; -----
- Contrato Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson para 2019; -----
- Transferência de competências para a entidade intermunicipal / CIMAA, -----
- Transferência de competências para a entidade intermunicipal, relativo à reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência contra mulheres e à violência doméstica, rede julgados de pais e apoio às vítimas de crimes, no âmbito do decreto-lei; -----
- Transferência para a entidade intermunicipal, da competência relativa ao domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.---
- Transferência de competências para a CIMAA sobre a matéria da rede de quartéis dos Bombeiros Voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros.---

Miguel Monteiro, em nome da bancada do PS, disse que aquilo que poderia ter sido um procedimento normal, em sede de Assembleia Municipal, a presidente da Câmara tinha conseguido transformar num facto político. Sobre tal facto, disse à presidente da autarquia que remeter sete pontos, fora de ordem do dia, os quais tinham sido deliberados na reunião do executivo de quarta feira passada e remetidos aos membros daquela Assembleia um dia antes, era um comportamento indigno. Podia tê-lo feito cumprindo os timings minimamente exigíveis para que estivessem ali as condições políticas essenciais para se discutirem e analisar os pontos em causa e, possivelmente, cumprir até os compromissos que pudessem ser urgentes ou inadiáveis. Contudo, e em face do comportamento sistemático e da falta de respeito com que a presidente da Câmara tratava a Assembleia Municipal, a bancada do PS condenava o procedimento e votaria em conformidade. -----

Hugo Capote reforçou as palavras anteriores do membro Miguel Monteiro e acrescentou que o presidente da Assembleia Municipal deveria tomar nota de que a atitude da presidente da autarquia, ao tentar transferir para aquela Assembleia todo o achincalhamento existente nas reuniões do executivo municipal, onde a mesma tinha a maioria e podia fazer aquilo que muito bem entendia, começava a estender também a habilidade para as sessões da Assembleia. Enquanto membro, gostaria que a aquela Assembleia continuasse o mais digna possível e, efetivamente, tinha de haver critério e algum rigor.

Por outro lado, dirigiu-se à bancada da CLIP, sabendo que lá havia portalegrenses comprometidos com a sua cidade e com o concelho, e perguntou-lhes se achavam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que o comportamento atrás mencionado era aceitável, para com os próprios, enquanto elementos da Assembleia Municipal de Portalegre. -----

O presidente da mesa esclareceu que a lei dizia o seguinte: “Objeto das deliberações, tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.” Ao presidente da Assembleia Municipal compete apenas colocar os membros do órgão perante o reconhecimento, ou a falta dele, da urgência da admissibilidade dos pontos. O presidente da Assembleia não pode substituir-se no reconhecimento, nem na sua vontade, aos membros da Assembleia Municipal. Portanto, disse que não teria a ousadia de se substituir aos membros do órgão a que presidia, sem conhecer a sua real vontade e, portanto, não tinha outra alternativa senão o de submeter os pontos à deliberação do próprio órgão.-

Fernando Rebola quis também evidenciar o desagrado do seu grupo, relativamente à receção dos oito documentos que foram enviados, desde a noite do dia anterior àquele até ao fim da tarde do próprio dia da realização da Assembleia. Obviamente que os documentos não puderam ser devidamente apreciados. Perguntou ao executivo se os documentos em causa tinham de ser, necessariamente, apreciados pela Assembleia e se eram indispensáveis para a tomada de posição do município para com a Comunidade Intermunicipal. Pelo que tinha sido publicado pela agência Lusa, souberam que a CIMAA não tinha tido condições para aceitar a transferência de competências porque dois dos quinze municípios tinham votado desfavoravelmente, e treze a favor, portanto, perguntou qual o sentido de voto do município de Portalegre e se carecia da apreciação daquela Assembleia para poder assumir uma posição no conselho Intermunicipal. -----

O presidente da mesa disse que não permitiria que se entrasse na discussão da matéria do próprio ponto, sem antes ele ser admitido. Perguntou ao membro se era necessário ser prestado esclarecimento, para que a Assembleia Municipal pudesse deliberar sobre a inclusão do mesmo na ordem de trabalhos. -----

Fernando Rebola disse que precisariam de ser informados se tinham, ou não, urgência em deliberar sobre os pontos, no sentido de os incluírem na ordem. -----

A presidente da Câmara disse que a introdução daqueles quatro pontos, que tinham chegado à Assembleia, foi a pedido da comunidade Intermunicipal. Portanto, em conversa com o secretário da mesma, de facto não havia uma data previsível para que a questão ocorresse e, efetivamente, havia duas Assembleias Municipais de outros concelhos que tinham reprovado a aceitação das competências, para o ano em curso. Contudo, foi-lhe pedido que os assuntos fossem presentes àquela sessão Assembleia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

De facto, não havia ainda um horizonte e uma data, mas seria desejável que tal acontecesse, porque iriam ter de marcar uma assembleia intermunicipal. -----

Hugo Capote questionou o facto de os pontos que tinham sido apreciados apenas especificavam que o ponto tinha sido aprovado por maioria, ou por unanimidade e nem faziam menção a quem tinha votado o quê. Acrescentou que urgência não era igual a conveniência.-----

Miguel Monteiro, quanto ao esclarecimento da presidente da câmara, referiu que a democracia tinha custos para funcionar, mas a autarca tinha interpretado a frase muito à letra, nos últimos anos porque, em face da sua incompetência na liderança do município de Portalegre, iria provocar a marcação de mais uma Assembleia Municipal extraordinária e, provavelmente, de uma Assembleia Intermunicipal no distrito. Acima de tudo, e se era somente por conveniência, tornar-se-ia mais grave ainda pois menos justificação tinha para que, uma vez mais, tivesse faltado ao respeito àquela Assembleia, como faltou, uma vez mais.-----

O presidente da mesa disse que iriam passar às votações dos pontos prévios.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e PCP/PEV e votos a favor da CLIP, rejeitar a inclusão do ponto - Desafetação de oito parcelas de terreno, situadas na Avenida do Brasil. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e PCP/PEV, rejeitar a introdução do ponto - Contrato Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson para 2019. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD e os votos a favor da CLIP, rejeitar a inclusão do ponto - Transferência de competências para a entidade intermunicipal, no âmbito do turismo. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD e os votos a favor da CLIP, rejeitar a inclusão do ponto - Transferência de competências para a entidade intermunicipal, relativo à reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência contra mulheres e à violência doméstica, rede de julgados de pais e apoio às vítimas de crimes, no âmbito do decreto-lei. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD e votos a favor da CLIP, rejeitar a introdução do ponto - Transferência para a entidade intermunicipal, da competência relativa ao domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD e os votos a favor da CLIP, rejeitar a inclusão do ponto - Transferência de competências para a CIMAA sobre a matéria da rede de quartéis dos Bombeiros Voluntários e dos programas de apoio às corporações.-----

O presidente da mesa disse ter dado entrada uma proposta do grupo municipal do PS, a qual tinha como título: “Município de Portalegre – Em defesa do teatro portalegrense!”.

### **Proposta do PS – (João Meira)**

“O grupo municipal do Partido Socialista vem apresentar esta mesma proposta, na sequência daquilo que é uma joia da coroa da nossa cultura e da nossa história – o edifício do antigo teatro portalegrense. O teatro portalegrense foi, no passado dia 19 de fevereiro, notícia nos mais diversos órgãos de comunicação social.

De facto, costuma-se dizer que aparecemos na televisão pelos piores motivos e, de facto, aqui mesmo isso aconteceu com a colocação à venda na plataforma OLX do edifício do antigo teatro portalegrense pela módica quantia de 350.000,00€.

Esses mesmos órgãos de comunicação social relataram a todo o país, não só aos portalegrenses que a senhora presidente de Câmara se recusou, perentoriamente, a adquirir o imóvel e também a salvaguardar a sua história e o seu património.

Aquilo que está em causa: um imóvel quase com 200 anos de história; o primeiro teatro que foi construído em Portalegre; o sexo teatro mais antigo do país; o teatro onde foi encenada a peça de Almeida Garrett – “O alfa gema de Santarém”; o teatro onde subiu pela primeira vez ao palco uma peça de José Régio, que tanto marca a nossa história e a nossa tradição em Portalegre, era essa peça “Sono de uma véspera de exame”, onde encenaram nesta mesma peça os alunos finalistas do Liceu de Portalegre. Foi neste teatro que, pela última vez, atuou a notável atriz Amélia Rey Colaço na peça “El rei Sebastião”, de José Régio.

Se motivos não faltassem à história deste imóvel, foi também neste mesmo espaço que os portalegrenses, aqueles que são os nossos pais, mas também aqueles que são os nossos avós, viveram momentos sublimes, marcantes nas memórias das nossas gentes. Quando este espaço foi salão de festas do Grupo desportivo, nele, dezenas de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

portalegrenses fizeram as suas histórias. Se motivos faltassem, foi precisamente aqui que muitos encontraram o seu par amoroso.

Mas aquilo que importa salientar é que, passados duzentos anos de história, o edifício do Teatro Portalegrense mantém os seus traços originais. Traços que foram também eles concebidos por um arquiteto portalegrense, o qual igualou a planta deste teatro à planta do Teatro Nacional “D. Maria II”. Motivos não faltam, porque este mesmo edifício mantém os traços da sua arquitetura, os frescos nos telhados e nos tetos e também o revestimento das suas paredes e das madeiras que dele emanam.

Vejam bem ao ponto a que chegou, que até a própria ministra da cultura Graça Fonseca, se manifestou relativamente a esta mesma situação, manifestando a sua surpresa pela forma como a Câmara Municipal de Portalegre tem destrutado o edifício do antigo Teatro Portalegrense, que nem sequer a classificação de imóvel de interesse municipal possui. Não somos nós que o dizemos, é a Direção Geral do Património Cultural. E se motivos faltassem também perante aquilo que foi um pedido, uma solicitação da sua atual proprietária, Alexandra Sequeira, no dia 18 de setembro de 2009, para que o mesmo fosse classificado como imóvel de interesse municipal, a Câmara terá dado parecer favorável, mas a classificação nunca se veio a consumir.

O motivo ainda é mais drástico quando o IGESPAR, a 17 de dezembro de 2009, declara que o mesmo tinha de ser encerrado, porque não possuía valor nacional.”

João Meira disse à Presidente de Câmara que, perante toda aquela situação, a própria não só se tinha recusado a adquirir o imóvel, senão também quando questionada pelas televisões e os jornais, admitiu perante os portalegrenses e o país que se recusava a adquiri-lo. Perante tal, a bafienta inércia que emanava daquele executivo municipal, em permanência naquela Câmara, e o comportamento de desinteresse e de desrespeito pela história e pela cultura, propôs o grupo municipal do PS, a classificação imediata do imóvel, como imóvel de interesse municipal, o desenvolvimento de esforços para que fosse classificado como imóvel de interesse nacional e, claramente, já que estavam a aguardar uma nova proposta do orçamento, a abertura de uma rubrica orçamental, que permitisse suportar custos de aquisição e de salvaguarda do edifício do antigo Teatro Portalegrense.-----

Ricardo Romão disse que foi com surpresa que a CLIP tinha recebido aquele documento, porque tinham acompanhado o assunto na comunicação social, com alguma perplexidade também, e achavam que não fosse possível utilizar aquele tema para o levar à Assembleia Municipal, daquela forma. Entendia que não havia ninguém na sala que não reconhecesse que o Teatro Portalegrense era um imóvel que tinha interesse e que fazia parte da história de Portalegre.

Salientou o facto de que o imóvel estava sem utilização desde os anos cinquenta.

Algumas das coisas ali ditas podiam ter sido melhor pesquisadas. Algumas das coisas que a comunicação gerava e que alimentavam, atualmente, as redes sociais não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinham de ser levadas à Assembleia Municipal, a qual se pretendia o mais digna possível. Lembrou que a proprietária tinha o imóvel à venda desde dois mil e treze. ----

Miguel Monteiro disse não perceber a perplexidade do membro anterior, quanto àquela matéria. Possivelmente teria a ver com o simples facto de se tratar de propriedade privada e dava a ideia de que a Câmara, mesmo que tivesse muito interesse para o distrito, a mesma não deveria imiscuir-se daquele tipo de coisas.

Havia sim perplexidade quando todos pensavam que o imóvel já constasse como estando na lista dos imóveis de interesse municipal, mas não estava.

Portanto, o facto de um grupo político daquela Assembleia querer corrigir o erro, para salvaguardar um património arquitetónico e cultural, era do mais razoável que podia acontecer. Havia pois que alertar as consciências para se resolver, não só aquele problema em particular, mas também para que se resolvessem os restantes casos no concelho, que mereciam o mesmo tratamento.-----

Hugo Capote referiu que aquele não era um assunto consensual na bancada da CDU. No entanto, era importante perceber se o imóvel já era, ou não, classificado como património de interesse municipal. Ficou confundido com as declarações da Ministra, quando disse que iria averiguar porque é que o imóvel não era classificado de interesse municipal e até subentendeu que se estivesse a referir ao interesse nacional do mesmo, porque, aí sim, ficaria na tutela do Ministério da Cultura e não da autarquia.

Ricardo Romão disse que o que estava ali posto na proposta era se, por um lado o imóvel seria classificado como interesse municipal e, por outro, fosse adquirido pela Câmara. Portanto, conforme o que tinha sido manifestado pela própria Ministra, possivelmente o Estado até teria interesse em comprar o imóvel. Perguntou à bancada do PS, qual era a proposta de realização de alguma obra, naquele local.-----

Miguel Monteiro disse que havia planos próprios para resolver problemas próprios e o que ali defendiam era para que o imóvel, de uma vez por todas, fosse considerado de interesse municipal. Era ali o plano próprio para o fazer, assim como para abrir uma rubrica para se resolver o problema, com a aquisição do mesmo, por parte do município. Por outro lado, o próprio grupo parlamentar do PS e a Assembleia da República também tinham um projeto de resolução na matéria, propondo que o Teatro Portalegrense fosse considerado como um imóvel de interesse público.-----

O presidente da mesa informou que, a pedido de qualquer grupo municipal, uma moção que tivesse dois itens resolutivos, podia ser requerida a desagregação dos dois itens e podiam-se votar em separado.-----

Hugo Capote salientou que o seu grupo também ia requerer que aquela votação fosse dividida e nada tinham a opor à classificação, caso o imóvel não estivesse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

classificado. Chamou a atenção de que, numa possível transação, o imóvel não poderia ser descaracterizado e também levaria algum ônus para a Câmara. Uma coisa era ter um edifício devoluto, sem ser de interesse municipal, e outra era o facto de estar em ruínas, mas ser considerado de interesse municipal. Era entendimento da CDU que havia obrigação da Câmara para recuperar, mesmo à custa de obras coercivas e mesmo que não o adquirisse, apresentando as contas à proprietária. Estavam ali a falar de um edifício simbólico que fazia parte da memória coletiva do concelho, gerido pela autarquia.-----

Jaime Fitas voltou a perguntar à presidente da Câmara acerca da colocação da iluminação pública da Azinhaga da Quinta do Galo, a qual já tinha sido falada há algum tempo com o Vereador do pelouro, que disse ser um assunto pertinente e questionou também acerca da requalificação e ornamentação do trânsito no Bairro dos Apóstolos. Acrescentou se aquelas duas questões se iriam arrastar até se tomarem medidas puramente eleitoralistas -----

Adriano Pedro, em nome da bancada da CLIP, apresentou dois votos de pesar, um pelo Dr. José Luís Afonso Rocha e o outro pelo Dr. José Cipriano Batuca, os quais passou a ler:

**1.º Voto de pesar:** “O grupo municipal da CLIP deseja manifestar a sua grande consternação e pesar pelo falecimento do senhor Doutor José Luís Afonso Rocha, cirurgião e antigo chefe de serviço de cirurgia geral do Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre. Destacou-se igualmente por ter sido pioneiro em alguns procedimentos cirúrgicos. Este reconhecimento é a forma de valorar tudo aquilo que fez pelo concelho e em prol da população. Felizmente, existem pessoas que se destacam na nossa sociedade, quer pelas suas qualidades profissionais, quer pelas suas qualidades humanas. Este é um desses exemplos. É isso mesmo que este grupo municipal reconhece e, por isso, propõe à Assembleia Municipal aprovar o presente voto de pesar e manifestar à sua família, bem como a todos aqueles que com ele privaram, as mais sentidas condolências.”

**2.º Voto de pesar:** “Faleceu no passado dia 24 de janeiro, aos 87 anos, o Dr. José Cipriano Batuca. O seu nome é sobejamente conhecido no distrito de Portalegre. Com um percurso construído fundamentalmente na área da saúde, começou como enfermeiro, licenciou-se em medicina, com especialização em medicina interna e foi ainda diretor do Hospital de Elvas. Além do seu reconhecido mérito como profissional de saúde, há a destacar a sua nobreza de carácter. Toda a vida foi regida pelos mais sólidos valores de humanismo, em que o respeito pela pessoa dos outros é determinante. É isto que certamente os seus familiares, os seus amigos e todas as pessoas que com ele conviveram, receberam e agradeceram. É isso também que o grupo municipal da CLIP reconhece e por isso propõe à Assembleia Municipal aprovar





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o presente voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Cipriano Batuca e manifestar à sua família, bem como a todos aqueles que com ele privaram, as mais sentidas condolências.”

João Meira, em relação às duas propostas que o PS apresentou ali, no passado dia vinte e oito de setembro, respeitante à declaração de compromissos plurianuais e aos pagamentos e recebimentos em atraso dos SMAT e a outra à proposta de alteração toponímica da convencional Rotunda do Navio para Praça Mário Soares – fundador da democracia. Lembrou que a presidente da Câmara, na sessão ordinária de dia catorze de dezembro, tinha informado que aguardava uma listagem dos SMAT, relativa à clarificação sobre as associações e coletividades apresentadas como devedoras. Relativamente à alteração toponímica disse-lhes que levaria, no início de dois mil e dezanove, aquele mesmo ponto à Comissão de toponímia. Questionou também se a presidente da Câmara e o restante executivo conseguiam afirmar perante a Assembleia se o relacionamento institucional com as associações juvenis e estudantis do concelho era, ou não, de qualidade, uma vez que até já as questões logísticas não estavam a ser cumpridas, por parte do município.

Perguntou ainda se a presidente conseguia ali garantir que a rede de autocarros iria satisfazer as necessidades do acréscimo de alunos no “Campus” do politécnico de Portalegre, junto à zona industrial e por que razão é que a promessa de construir um acesso pedonal e de ciclovia entre o “Campus” e o centro da cidade não estava ainda concretizado, a tempo do início das aulas.

Por último, perguntou se a rede educativa, estabelecida pela Direção Regional de educação do Alentejo, estava a ser cumprida na cidade e no concelho.-----

A presidente da Câmara, relativamente à classificação do Teatro Portalegrense, disse que o processo tinha sido despoletado pelos proprietários, os quais pediram à Direção Regional de Cultura para que o mesmo fosse classificado. Consequentemente, a Direção pediu ao município de Portalegre para deliberar a classificação de interesse municipal do edifício, tendo ido mais tarde à Assembleia Municipal. No entendimento técnico do executivo, referiu que estava reconhecido como de interesse municipal. Posteriormente, o processo seguiu para a Direção Regional de Cultura, porque tinham de encerrar o procedimento. No entanto, a Direção disse que tinha de haver uma publicação, mas o entendimento técnico da Câmara Municipal era que não havia necessidade. Salientou não ser correto dizer que não tinha havido interesse da parte do Município, dado que os proprietários do imóvel tinham sido abordados, aquando do início da venda. Contudo, na altura, estava vedada ao município a compra de qualquer edifício. Acrescentou que também havia interesse em recuperar outros imóveis, mas a autarquia não conseguia chegar a todo o lado.

Se o Ministério da Cultura adquirir o imóvel, a Câmara Municipal de Portalegre disponibilizava-se a reabilitá-lo, uma vez que a aquisição do imóvel iria contribuir para o endividamento municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à questão das dívidas das associações aos SMAT, disse já estar na posse do dossiê e pediu aos serviços para darem o devido parecer. Era necessário ter o mesmo comportamento para com todas as associações.

Quanto à toponímia, informou estar marcada uma reunião para o início do mês.

Por outro lado, referiu que gostaria de ter algo mais concreto sobre a falta de apoio logístico aos jovens, anteriormente citada, para poder responder melhor à questão.

Em relação ao dia do IPP, disse que a questão estava salvaguardada e que tinha havido reuniões preparatórias com os SMAT. Acerca da ciclovia, lembrou que foram abertas candidaturas para a mobilidade e, naquele contexto, é que a autarquia poderia avançar com a mesma.

Quanto à rede educativa, daquilo que lhe foi referido, estava a ser cumprida. -----

No uso da palavra, o vereador Armando Varela disse que tinha sido solicitado pela junta de freguesia da Urra, no dia três de maio, a instalação de luminárias na Quinta do Galo e foi feita uma visita conjunta, por toda a freguesia, para identificar a falha das luminárias. Após a visita concordou em pedir orçamento, junto da EDP, para instalação das luminárias. O que acontecia na Quinta do Galo era que a iluminação terminava no limite da união de freguesias de Sé e São Lourenço sem continuar no território da Urra, o que não fazia sentido. -----

João Meira, ainda em relação às conversações com a proprietária do Teatro Portalegrense, lembrou ali que tinha sido a própria a contactar a Câmara e não a presidente a contactá-la. Perguntou à presidente da autarquia qual tinha sido a associação que manifestou interesse em instalar-se no edifício do Teatro.

Quanto aos jovens, perguntou se a presidente da autarquia achava plausível que a associação académica do Politécnico de Portalegre, a qual representava cerca de mil e seiscentos alunos, ter solicitado uma reunião no dia três de novembro, de dois mil e dezoito, e ainda estavam a aguardar para serem recebidos.

Ainda relativamente à rede educativa, pediu à presidente para se dirigir às escolas do concelho, para avaliar a realidade e fazer o que lhe competia fazer, para que entendesse o porquê da questão.-----

Jaime Fitas lembrou ao vereador Armando Varela que aquela informação já tinha sido revelada, o que gostaria de saber era se havia algo de concreto a acrescentar, sem terem de esperar até às próximas eleições. Esperava que a questão não se tornasse numa medida eleitoralista. Saliu que a questão do trânsito, no Bairro dos Apóstolos, também ainda não tinha sido respondida.-----

O vereador Nuno Lacão disse ter tido conhecimento de que a situação do Bairro dos Apóstolos tinha sido aprovada, na comissão de trânsito, já há alguns anos. Existia uma questão técnica que deveria ser avaliada, a qual tinha a ver com o elevado número de sinais que, eventualmente, e face ao tipo de utilização do bairro, teria de ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

novamente equacionada, até mesmo na perspetiva da dotação orçamental e dos custos inerentes. -----

Miguel Monteiro disse à presidente da Câmara que a Comissão de Toponímia iria reunir, não no início do mês, mas sim no próximo dia vinte e cinco do corrente mês. ----

Hugo Capote perguntou o que é que, no plano de trânsito do Bairro dos Apóstolos, se já estava aprovado à anos, estava agora a ser reavaliado.-----

A presidente da Câmara, relativamente ao pedido que a Associação de Estudantes do Instituto Politécnico Ihe tinha feito, disse que, no dia três de novembro, tinham reunião marcada e esteve cerca de quarenta minutos à espera, sem que tivesse aparecido alguém. Já tinha falado com o representante da associação e, possivelmente, tinha havido um erro de comunicação. No entanto, estaria disponível para receber, como sempre, todos sem exceção.

Relativamente aos vários pedidos, esclareceu que todos saíam oficialmente e que não podiam ser licenciados oficiosamente.

Quanto à questão do trânsito, disse que o vereador daquele pelouro iria tentar esclarecer novamente o que se passava.-----

O vereador Nuno Lacão disse que a impressão técnica, relativamente a um bairro habitacional, era que a sinalização poderia ser demais e era o que estava a ser reavaliado. Além do mais, se tivessem de aplicar o plano não havia dotação orçamental para a aquisição daquele número de sinais. -----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

A presidente da Câmara, disse que para além de toda a atividade municipal que estava espelhada no relatório, gostaria de referir mais dois pontos, que tinham a ver com o facto de Portalegre ter sido escolhida pelo presidente da República, para cá ser comemorado o dia de Portugal e das comunidades (dez de junho). As reuniões de preparação para tal dia já estavam em marcha. Por outro lado, referiu que Portalegre tinha recebido, na passada terça feira, a presidência da Triurbir, com toda a honra. Em ambos os casos, o município iria dar o seu melhor para desenvolver as atividades, com a maior dignidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente a outros pontos importantes da atividade municipal fez uma exposição breve dos mesmos, dizendo estar disponível para qualquer esclarecimento necessário.

Hugo Capote disse que não existia informação acerca da nomeação do novo chefe de gabinete da presidência. Talvez não fosse muito importante. No entanto, referiu que se notava alguma diferença no relatório em causa. Na página dois, reparou que vinha mais um recado para a CDU, onde apontaram que o que importava era o caminho e não o caminhante. Contudo, conforme a presidente já ali tinha demonstrado, havia vereadores que tinham pelouros e competências próprias e era perfeitamente normal que eles dissessem de sua justiça o que lhes aprouvesse sobre cada assunto.

Questionou o que queria dizer a seguinte frase, mencionada no relatório: “Em última análise, esta assunção encerra em si mesma, um potencial de dinamização eminente, induzido pela sua apetência logística, beneficiar infraestruturas e equipamentos para fixar e captar eventos no seu concelho.”; Deveria haver mais cuidado também com a repetição, pois no fim da página três dizia: “A nossa aposta reside no desenvolvimento de uma gestão inteligente, integrada, sustentável e em rede de equipamento e infraestruturas, disperso pelo território, do reforço dos recursos e das equipas e da criação de sinergias.”; na página quatro, na parte do reforço de competências, dizia: “A nossa aposta reside no desenvolvimento de uma gestão inteligente, integrada, sustentável e em rede de equipamento e infraestruturas, disperso pelo território, adotando uma abordagem operacional,...”, na prática, não significava nada. Ainda na página seis, onde dizia: “Reunião com as juventudes partidárias...” perguntou se tinha sido as juventudes partidárias que tinham pedido a reunião com uma Câmara, liderada pelo movimento associativo, ou se tinha sido o movimento associativo que pediu para reunir com as juventudes partidárias. Se sim, qual era o interesse do pedido. Na página sete constava: “Garantir apoios sociais transversais a todas as faixas etárias” assim como: “Disponibilização de apoios diversos, no âmbito da ação social escolar, com apoios económico, alimentar, alojamento, prevenção de acidentes e seguro escolar.”; perguntou se a Câmara alojava alguém, ao nível da ação social escolar ou se pagava alguma residência, a Câmara tinha competências no alojamento ou no seguro de alunos? Na página oito, disse já ter percebido que, atualmente, o espaço público até estava mais limpo. Contudo, escusavam de escrever em todos os relatórios que tinham feito o desdobramento dos turnos de limpeza, e que era algo que não tinham deixado fazer ao anterior vereador.

Perguntou ainda se a Câmara tinha feito a ela própria uma proposta de valorização de espaços verdes. Tratava-se de alguma obra. Tinham reunido com o ministro.

Por último, na página treze, dizia: “Preservar o património – devolver o espaço Robinson aos portalegrenses – salvaguarda, preservação e abertura do espaço Robinson.”; mas, na primeira ação a realizar, dizia: “Demolição do edifício – Fundação Robinson.” Não fazia sentido. Ainda na página quinze, referente ao desporto dizia o seguinte: “Ao nível do atletismo, dois mil e dezanove começou com o típico corta mato,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

onde a juventude da nossa região se destacou.”; se a prova era regional, obviamente que quem se destacava seriam os de cá.-----

A presidente da Câmara disse que a proposta do espaço verde tinha a ver com um projeto da Escola Mouzinho da Silveira, na sequência da intervenção na Av.º do Bonfim e na qual os próprios alunos darão sugestões para a zona da rotunda.

Muitas das vezes, quem escrevia o relatório e devido a estar por dentro dos assuntos, tinha a sensação que os outros também estivessem a para dos mesmos e, por vezes, ao passar para o papel, havia aquele tipo de lapsos. Em cerca de vinte e tal páginas até era compreensível e pode sempre melhorar-se.

Relativamente à questão do desdobramento dos funcionários, na área do ambiente, disse que nunca tinha sido impedido a nenhum vereador, até pelo contrário, tinha sido feita uma sugestão, naquele sentido.

Quanto à ação social escolar, disse que dependia do enquadramento e talvez fosse o chavão que lá aparecia, porque, efetivamente, havia alunos que beneficiavam de subsídio para os livros, refeições, etc., mas não se lembrava de nenhum referente ao alojamento. -----

Hugo Capote, quanto às competências para a educação, pensava que as mesmas já tivessem sido aceites, uma vez que estavam na transferência de competências. Afinal não estavam ainda. Contudo, não percebia o porquê do alojamento e do seguro escolar, serem pagos pela Câmara Municipal. -----

Miguel Monteiro disse que o relatório de atividades também tinha um segundo objetivo, por parte da presidente da autarquia, porque, ao fazê-lo, muitos dos parágrafos serviam, inequivocamente, para serem introduzidos nas grandes opções do plano, e no relatório de atividades, os quais iriam ali numa próxima reunião. Portanto, tudo aquilo tinha alguma poupança de recursos na escrita. -----

Marco Antunes disse que, ao fazer-se um relatório, tinha de se pensar no que os outros iriam ler. No entanto, o que via refletido naquele relatório, eram aspetos genéricos e coisas demasiado gerais, que apesar de revelarem boas intenções, não concretizavam, absolutamente, nada. Tal facto teria de ser melhorado.

Perguntou à presidente da Câmara qual a avaliação que a mesma fazia das ações relativas aos objetivos estratégicos que estavam definidos. Estavam a ser cumpridos. Como mediam o desempenho relativamente aos objetivos e quais os resultados palpáveis da quantidade de reuniões que se faziam durante o período, objeto do relatório. -----

A presidente disse que tentavam sempre contextualizar com os objetivos que se encontravam nas grandes opções do plano. Comparar era avaliar o antes com o depois. Portanto, tinham de ter as coisas balizadas ou então perdiam-lhe o rumo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em conclusão, referiu o relatório aparecia sempre contextualizado com os parâmetros que estavam ligados ao plano estratégico que eram as grandes opções do plano. -----

Marco Antunes disse que não via a avaliação da concretização dos objetivos no relatório. Via ações, mas sem se cumprir o que estava definido anteriormente. -----

A presidente lembrou que, no mês de abril, se apresentava um relatório final, em que aparecia sempre a avaliação em causa. -----

### **2 – Atas n.ºs 11 e 12 relativas à reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada em 14 de dezembro de 2018 e à reunião extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2018, respetivamente;**

Não houve intervenções a registar.-----

### **3 – Correção material ao Plano de Pormenor da Avenida do Brasil, lotes n.ºs 4, 6 e 29;**

- Deliberação da CMP de 26.12.2018 -

O vereador João Cardoso disse que aquele ponto, juntamente com o que não foi colocado a votação, tinha a ver com o plano de pormenor de loteamento da Avenida das Descobertas, no qual tinha sido detetado que havia algumas áreas que, depois das construções todas feitas, não estavam exatamente corretas com o que estava no plano. Aquela correção material era apenas para repor, depois de ser feito o levantamento topográfico, a situação, de acordo com o que estava feito no terreno. -----

### **4 – Consulta prévia para a prestação de serviços de revisor oficial de contas;**

- Deliberação da CMP de 23.01.2019 –

Miguel Monteiro, no uso da palavra, disse querer fazer um protesto pela forma como os representantes da empresa indicada como a responsável para fazer a certificação legal de contas do Município de Portalegre respondeu a uma deliberação tomada naquela Assembleia Municipal. Enquanto líder da bancada do PS e membro da Assembleia não aceitava que alguém respondesse àquele órgão da forma que a empresa Júlio Alves o tinha feito, nomeadamente quando referiu: vimos igualmente agradecer a confiança demonstrada na nossa sociedade, contudo desejamos manifestar a nossa discordância relativamente aos pressupostos, de ordem jurídico profissional, que estiveram na base da ordenação das propostas elaboradas pela Assembleia Municipal. Compreendendo naturalmente toda a legitimidade política do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

órgão deliberativo nas suas decisões, não cabendo a esta sociedade, neste âmbito, fazer qualquer comentário.” Portanto, o administrador começou por criticar uma deliberação da Assembleia Municipal, sem ter sequer legitimidade para o fazer. Perante tais factos, pretende-se que aquela Assembleia possa despoletar os mecanismos necessários para que fosse extraída a ata e que fosse feita participação à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, relativamente àquela Sociedade. Porque se uma sociedade apresentava uma proposta quantificada, o órgão deliberativo municipal aprovou-a e depois veio recusá-la, criticando a decisão tomada, no mínimo merece que seja feita participação à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Mais referiu que todo o processo parecia uma telenovela, a qual já teve quatro protagonistas, tendo um deles ficado excluído por incompatibilidades legais e a Assembleia Municipal retirou-o da lista. A Assembleia decidiu escolher a Sociedade Júlio Alves, Mário Batista e Associados para que a mesma efetuasse a certificação legal de contas do Município de Portalegre. Como já referido, a sociedade recusou a escolha feita porque, afinal de contas apresentaram um preço e, posteriormente, já nem estavam interessados. Portanto o processo ficou reduzido a duas mas, entretanto, aprovaram-se os estatutos da fundação Robinson e, das duas, uma também tinha uma grave incompatibilidade legal – a empresa Isabel Paiva, Miguel Galvão & associados.

Portanto, no seu entender só havia uma empresa que reunia condições para que a Assembleia voltasse a deliberar e escolhesse a empresa Noras, Silvério & Associados. Naquele sentido, o grupo municipal do PS propôs que, numa primeira instância, fosse retirada da votação a proposta apresentada pela empresa Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados e para que pudessem escolher entre o que restava das quatro propostas iniciais.-----

Fernando Rebola disse que dentro em breve o município tinha de apresentar contas. A questão que colocou era se, atualmente, a autarquia tinha um revisor oficial de contas para fazer a certificação das contas relativas a dois mil e dezoito.-----

A Presidente da Câmara informou que a Câmara não dispunha de nenhum revisor oficial de contas, o que considerava gravíssimo. A Assembleia é que tinha decidido assim e não a Câmara Municipal. Apesar de lhe estarem a apontar o dedo a culpa não era sua, pois ali a competência era daquela Assembleia Municipal.-----

Marco Antunes disse que não tinha percebido qual o fundamento da incompatibilidade da firma apontada pelo membro Miguel Monteiro. -----

Miguel Monteiro disse que a empresa em causa tinha um vínculo com a Fundação Robinson, na mesma matéria.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que se deviam esclarecer os pressupostos de ordem jurídico profissional que estavam em causa. Relativamente aos estatutos da Robinson disse que não tinha percebido, exatamente, a incompatibilidade atrás mencionada. Pelo que sabia, os estatutos não estavam em vigor nem tinham sido publicados ainda. Se, efetivamente, existia informação fidedigna sobre o assunto, era uma coisa, caso contrário, corriam o risco de vir a ser impugnado.-----

O Presidente da mesa disse que desconhecia a questão de haver, ou não, a incompatibilidade, mas não podia deixar de chamar a atenção à pronúncia daquela sociedade, escolhida por esta Assembleia Municipal, consultada pelo órgão Câmara Municipal, relativamente à possibilidade de prestar um serviço para o município e não para a Câmara e, no seu entendimento, deverá participar-se aquele comportamento ao Ministério Público e à Autoridade da Concorrência, porque não era normal que uma Sociedade que se demonstrou disponível para prestar um serviço, informando o preço pelo qual se predispunha a realiza o mesmo e, quando foi deliberada a adjudicação, disse que já não tinha interesse. Portanto, existiam entidades judiciais suficientes, em Portugal, para averiguar aquele tipo de comportamentos.-----

Miguel Monteiro, em face dos esclarecimentos solicitados, disse que um dos elementos que fazia parte da sociedade Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados era o senhor Nuno Tavares, o qual praticava atos no seio da Fundação Robinson, que eram incompatíveis com o exercício de uma atividade idêntica, no seio do Município de Portalegre.-----

Fernando Rebola perguntou se, entretanto, tinha havido mudanças no ROC da Fundação Robinson, desde a última Assembleia.-----

Miguel Monteiro disse que o Dr. Nuno Tavares fazia parte do Conselho Fiscal da Fundação Robinson.-----

Ricardo Romão solicitou que houvesse um parecer que confirmasse que, de facto, era assim, para não haver, à posteriori, um entendimento diferente do seu e dos restantes.

O Presidente da mesa disse que aquilo configurava uma proposta para que pudesse ser requerido um parecer. Podiam, eventualmente, suspender o ponto.-----

Ricardo Romão salientou que era urgente que aquele ponto fosse resolvido, porque q Câmara estava sem ROC. Seria mais complicado estar a fazer um novo pedido de consulta. Outra questão era entenderem se havia legitimidade de excluïrem, sistematicamente, pessoas que não podiam concorrer, para que o processo fosse feito antes de irem a votaçoes. Obviamente que não podiam levar ali propostas em que as mesmas pudessem ser feridas de incompatibilidades.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse concordar integralmente com o que foi dito anteriormente. Destacou que todos os membros da Assembleia Municipal deviam estar protegidos e sem terem de ser eles a identificar algum tipo de eventual incompatibilidade entre as sociedades que apresentavam propostas e aquelas que, do seio do executivo municipal, tinham proposto à Assembleia Municipal. Portanto, a proposta apresentada pelo PS era clara e, em face das dúvidas existentes, entendiam que a Assembleia deveria excluir aquela proposta, uma vez que o executivo não o fez na devida altura.---

Hugo Capote disse que era óbvio que quem preparou o processo tinha sido a Câmara e a Presidente não podia isentar-se de culpas. Felizmente, a Assembleia tinha mais cuidado a ler os textos. Não fazia nenhum sentido que o revisor oficial de contas da Fundação fosse o mesmo da Câmara. Era uma questão de transparência. As regras da democracia eram para ser cumpridas.-----

A Presidente da Câmara salientou o facto de os estatutos da fundação Robinson não estarem em vigor e que, quando entrassem em vigor, iria ter só um fiscal único.-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara Municipal se concordava com aqueles Estatutos da Fundação, aprovados pela poria, bem como com os princípios explanados nos mesmos, ou preferia fazer de conta que não existiam e continuar com a incompatibilidade.-----

A Presidente da Câmara disse que se limitava a ler os factos e que, atualmente, os estatutos não estavam em vigor. Portanto, a seu ver, as pessoas não podiam ser penalizadas por algo que não estava ainda em vigor.-----

Miguel Monteiro salientou que ficava muito mal à Presidente da Câmara a atitude anterior porque a mesma era a Presidente do Município e o que ali tinha acabado de fazer tinha sido precisamente o contrário do que deveria ter feito. Acima de tudo, tinha de defender os interesses de Portalegre e dos portalegrenses e a Presidente foi ali argumentar, com o simples facto de os estatutos ainda não estarem e vigor, para defender uma candidatura de uma sociedade privada, a qual foi ali proposta para ser retirada da votação.-----

A Presidente da Câmara salientou que não tinha qualquer argumento legal para excluir qualquer pessoa, com base no que ali foi dito. De facto, analisando as questões jurídicas e legais, não havia fundamento para excluir alguém com base num pressuposto dum estatuto que, embora já tivesse sido deliberado em reunião de Câmara e da Assembleia, ainda não estava em vigor. Não estava a defender nenhuma empresa, nem havia qualquer facto legal.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que não sabia quem é que tinha feito os convites àquelas empresas. No entanto, achava estranho que uma empresa concorresse, que lhe fosse adjudicado o trabalho e que a mesma recusasse. Com a defesa feita pela Presidente da autarquia, começavam-se a levantar outras dúvidas sobre a transparência da gestão dos dinheiros. Disse à Presidente para resolver o problema porque a questão, ali, era saber se a Presidente achava correto que alguém que tinha sido eleito para um Conselho Fiscal de um organismo fosse auditar aquele mesmo organismo.-----

O Presidente da mesa disse que o órgão Assembleia Municipal tinha competência para excluir ou admitir qualquer um dos candidatos, sob a forma que entendesse. Portanto, a proposta feita pelo grupo municipal do PS, iria colocá-la à votação, para exclusão de uma das sociedades - Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados.-----

### **5 – 5.ª Alteração ao plano de pormenor do prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais, lote nº. 4 – Final do período de discussão pública;**

- Deliberação da CMP de 06.02.2019 –

O vereador João Cardoso disse que o ponto tinha a ver com a divisão de um lote e o período de discussão pública decorreu sem que houvesse qualquer contestação. Portanto, tratava-se da deliberação final para promover aquela alteração.-----

### **6 – Fundação Robinson;**

O presidente da mesa disse que tinham chegado um conjunto de documentos de suporte, os quais foram distribuídos pelos membros. O ponto em causa foi requerido pela iniciativa do grupo municipal do PCP/PEV.-----

Maria do Rosário Narciso disse que tinham sido colocadas algumas questões à senhora presidente da autarquia e as respostas que receberam não tinham sido da parte da mesma, mas sim do presidente do conselho de administração da fundação e, no seu entender, eram baseadas na arte de enganar as pessoas. O que houve ali foi uma clara violação da lei, com o derrube do edifício classificado, no espaço da fundação Robinson, conforme a presidente da Câmara tinha reconhecido na reunião com o deputado Luís Ferreira do PEV, no dia vinte e nove de janeiro, quando referiu que não autorizou as obras e que tinha sido levantado um auto.

Salientou o facto de ter havido também uma violação da lei do património classificado, conforme confirmaram a delegada regional e a ministra da cultura, em reunião com o partido “Os Verdes”.

Aquele Conselho de Administração, nomeado pela presidente da Câmara, para a Fundação Robinson estava a atuar fora da lei. Perguntou diretamente à presidente se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda tinha confiança nele. “Os Verdes” preocupavam-se com o que estava ainda de pé e lutavam para que não houvesse pretextos para mandar mais nada abaixo. Pretendiam, pois, desafiar a senhora presidente a cumprir a resolução da Assembleia da República, que na altura disse apoiar, lançando-lhe o repto de apresentar, de forma coordenada com a fundação, uma candidatura ao abrigo do programa 2020, antes do dia trinta de abril, à CCDR, servindo-se dos vinte mil euros que a cultura transferiu para a fundação em dois mil e quinze e que até à data ainda não foram usados. Assim como os quinze por cento da comparticipação nacional, podendo ir buscar um total de cento e trinta e três mil euros, para usar em obras urgentes de manutenção no edificado da fábrica, por forma a impedir que novas situações de ruína possam vir a ocorrer e impedir que a musealização daquele espaço possa vir a ser posta em causa.

Hugo Capote disse que aquele ponto tinha como objetivo tentar esclarecer aquilo que se tinha passado no espaço Robinson, mais propriamente a demolição de um edifício. Na opinião da CDU, o que se passou tinha duas vertentes: uma técnica e outra política. Na técnica, já tinham sido feitas perguntas, há cerca de dois meses, pelo vereador da CDU, na reunião do executivo, sem ter obtido qualquer resposta da parte da presidente. Na parte política, referiu que a resposta do presidente da Fundação merecia um reparo, porque não sendo o mesmo um homem pequeno, era um pequeno homem; os homens não se mediam pelo seu tamanho, mas sim pelos atos e atitudes que tinham. O presidente em causa demonstrou, naquela resposta, a mesquinhez, a pequenez e a indignidade das suas atitudes. Em vez de assumir as suas responsabilidades e reconhecer que o que tinha mandado fazer era um crime, culpa a estagiária da sua falta, a qual foi muito mais digna que o próprio, ao demitir-se após constatar o atropelo que foi feito ao património da fundação, que deveria ter sido preservado, mas também reconhecendo o atropelo à sua consciência e à sua ética profissional. O presidente do conselho de administração da Fundação Robinson tinha a obrigação de reconhecer que qualquer intervenção em ambiente classificado como património de interesse nacional carecia de autorização prévia. Tal autorização não existiu. Tinha também a obrigação de saber que qualquer intervenção urbanística carecia de um licenciamento prévio, emitido pela autarquia. Contudo, não existiu nenhum licenciamento. O presidente do conselho também sabia que quem tinha competência para embargar obras era a presidente da Câmara ou o vereador com a competência delegada e não a estagiária, a qual só foi contratada para funções de documentação e arquivo. Portanto, enquanto responsável máximo daquela fundação, deveria saber que a sua principal missão era a salvaguarda do património da Robinson, ou do património que estivesse à sua guarda e não atirar com paredes em cima de máquinas que constituíam património arqueológico industrial, podendo danificá-las irremediavelmente.

Para pequenos homens, o desprezo e a indiferença chegavam, no entanto, alguém tinha nomeado aquele senhor para o cargo e, lamentavelmente, alguém o mantinha em funções depois daquelas atitudes e ações que o próprio admitiu, sem se retirarem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

as devidas consequências de atos indignos e claramente incorretos. Aquele alguém era a presidente da Câmara Municipal de Portalegre, também presidente do conselho de curadores da Fundação e quem tinha nomeado aquele conselho de administração, no qual ainda mantinha confiança.

Perguntou à presidente da Câmara se, a partir do momento em que aquilo aconteceu, estava em condições de assegurar que o atual presidente da fundação não iria cometer mais nenhum atropelo normativo, legal, urbanístico ou patrimonial.

Em conclusão, disse que cabia à presidente da Câmara tomar uma atitude e, se nada fizesse, seria cúmplice e ética e moralmente responsável por aquele crime patrimonial, que envergonhou a cidade e os portalegrenses. -----

Marco Antunes disse que havia ali várias questões que, na realidade, eram pertinentes. Pela leitura daquela declaração do presidente da Fundação Robinson, percebia que a mesma tinha sido ratificada pelo conselho de administração em catorze de fevereiro, posteriormente à demolição. Percebeu inclusive que o vereador do PSD, o qual fazia parte do conselho de administração da fundação, tinha votado contra a ratificação, exatamente porque não se conhecia nenhuma autorização para efetuar a demolição.

Eventualmente teriam existido pareceres, um em dois mil e nove do IGESPAR e outro, de dois mil e oito, da Câmara Municipal de Portalegre, dos quais gostaria de ter conhecimento, para efetivamente validar que aquilo tinha sido autorizado e por quem.

Salientou que tal facto poderia trazer consequências, quer para a Fundação Robinson, quer para o conselho de administração da mesma e, eventualmente, para a Câmara Municipal de Portalegre. -----

Hugo Capote referiu que quando o presidente do conselho de administração da Fundação Robinson respondeu que tinha havido uma autorização do IGESPAR, o edifício ainda não era classificado. Portanto, as coisas alteraram-se e, obviamente, era obrigação de qualquer presidente duma fundação saber que qualquer tipo de intervenção carecia, não só do licenciamento da autarquia, como da autorização da tutela. Houve, portanto, uma ratificação de um ato posterior, por parte do conselho de administração porque, presumivelmente, a presidente da Câmara tinha sido colhida de surpresa com o sucedido. -----

Miguel Monteiro disse que as explicações ali dadas foram sucintas e, outra coisa mais incomodativa do que a explicação dada pelo presidente do conselho da fundação Robinson, era o silêncio absolutamente ensurdecador da Câmara municipal de Portalegre.

Uma vez mais se fala ali da fundação e, uma vez mais, o silêncio do executivo da Câmara era a sua principal característica sobre aquela matéria. Não só sobre aquela questão, mas sobre outras coisas: as auditorias, a promiscuidade existente, de longa data, entre as contas do Município e as da Fundação Robinson.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente a outras contas, lembrou que, nos custos envolvidos, havia um orçamento apresentado pela empresa Senpapor, no valor de nove mil, oitocentos e vinte e dois euros e, posteriormente, outro da empresa Urbigav, no valor de mil, oitocentos e trinta euros e ainda a pedido do vogal Gonçalo Pacheco, foi recebido um orçamento da empresa construções Trindade & filhos, no valor de cinco mil euros. Perguntou o porquê de ter sido recebido e não apresentado. Naquelas contas da fundação conseguiu-se fazer tudo por mil e quinhentos euros, o que lhe suscitava enormes dúvidas quanto à legalidade de todo o processo e a tudo o que esteve envolvido no mesmo.-----

Luís Carvalho disse parecer óbvio que tinha havido um excesso de voluntarismo, da parte do Presidente do Conselho de Administração, o qual reagiu de forma intempestiva a uma situação de risco e segurança de pessoas. Também parecia consensual que essa interpretação deveria ter sido melhor ponderada e não terem sido ultrapassadas as imposições respeitantes ao quadro legal, que implicava o pedir de licenciamento da demolição. Contudo, admitiu que ao ler a ordem do dia da Assembleia, onde constava um ponto referente à Fundação Robinson, pensou que o debate se iria centrar naquilo que era verdadeiramente importante, para o futuro daquele espaço. Para ele, há três palavras essenciais, três dimensões críticas, quando se fala no espaço Robinson: estratégia, ambição e visão. Quando se olha para um espaço que se devia assumir como a principal centralidade para a afirmação e construção duma cidade inovadora, um espaço de excelência para a vivência urbana e de fruição e que ali fossem acomodados os projetos âncora, inovadores e diferenciadores para a cidade, era nestas dimensões que se deveria centrar o debate sobre aquele espaço. Que funções é que se pretendiam para ali. Há mais de dez anos que andavam a falar da musealização. Seria o grande Museu Nacional da Cortiça o que se queria? O tipo de funções, de intervenções a desenvolver no espaço e o conjunto de soluções para as concretizar, é que deveria ser o tema de debate prioritário.

Por último, deixou uma palavra de reconhecimento e de agradecimento público pelo trabalho que o Conselho de Administração estava a realizar, nomeadamente na pessoa do Professor José Travassos, pelo empenho e profissionalismo, assim como a paixão que colocava no reavivar memórias e na recuperação das marcas identitárias da Robinson.

Em conclusão, salientou que aquele espaço não era um espaço da CLIP, não era um espaço da CDU nem dos Verdes, mas sim um espaço de Portalegre, dos portalegrenses e do país, no qual todos tinham responsabilidade de ajudar a construir e deixar como legado ao mundo.-----

Hugo Capote, relativamente à intervenção anterior, disse ser ridícula, porque quem tinha mandado demolir as paredes foi o dito professor Travassos, o qual também



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apelidou as máquinas que lá estavam de sucata, foi quem também mandou suspender a chaminé e as revistas que a estagiária estava a elaborar.

Disse ao membro Luís Carvalho que, efetivamente, em dez anos, ninguém tinha pensado aquele espaço, com tantos presidentes de vários conselhos de administração, mas todos escolhidos pela atual presidente da CLIP.

Realçou que não tinha ficado mesmo nada bem chamar-se excesso de voluntarismo a um crime patrimonial.

Perguntou porque é, durante os referidos anos, a CLIP não apresentou propostas válidas para o espaço em questão. A verdade é que ficava sem perceber se a presidente da Câmara continuava a confiar naquele conselho de administração, que tinha cometido todos aqueles atropelos normativos, legais e urbanísticos. -----

Maria do Rosário Narciso chamou a atenção para o facto de não se poder dizer que os Verdes não queriam colaborar na salvação da Robinson, porque até tinham feito uma petição pública, projetos de resolução que foram aprovados em todo o lado e, inclusive, reuniram com a autarquia, com a cultura e com o conselho de administração, convidando todos a sentarem-se à mesa para tratar o assunto em conjunto. E, infelizmente, tal nunca aconteceu.

A questão principal é que se derrubou património classificado, quando deveriam tê-lo salvaguardado. A Robinson era do povo de Portalegre e o conselho de administração que tem a função de o salvar, não pode andar a derrubar paredes nem a danificar maquinaria única. Portanto, quem tinha de julgar se era para deitar abaixo eram os técnicos com competência para tal e não o professor Travassos nem o senhor Faria Paixão. -----

Marco Antunes, relativamente à intervenção do membro Luís Carvalho, disse que jamais se podia passar em branco sobre o que tinha sucedido no espaço Robinson. Houve algo, sem dúvida alguma, que não tinha corrido bem e era responsabilidade daquela Assembleia discutir ali questões mais delicadas. -----

Luís Carvalho disse que, provavelmente, não se tinha feito entender, pois não afirmou que os Verdes não tinham feito o trabalho de casa. Pelo contrário, louvava a posição proativa dos mesmos e reconhecia que o seu papel era importante. A perspetiva que defendia era que se passasse da fase do “sentar à mesa” para a fase de concretização de obra, desenvolvendo efetivamente o espaço. Mas, para tal, era preciso dinheiro. Para o grupo da CLIP, a abordagem a seguir deveria partir das propostas que constassem no plano de musealização daquele espaço, que partisse da perspetiva de arqueologia industrial, mas que fosse ampliada para outras dimensões. Por outro lado, se pretendiam ter ali um equipamento hoteleiro de referência, até em termos regionais, e ter ao lado a fundação, seria fundamental integrar e valorizar os dois aspetos, os quais beneficiariam da localização e da proximidade entre eles.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Esperava, portanto, que os outros grupos partidários trabalhassem naqueles conceitos e que aceitassem também aquele desafio, de discutir e encontrar as melhores soluções para o espaço.-----

Miguel Monteiro, relativamente à intervenção anterior, disse que a mesma tinha sido tão entusiástica que até parecia que já estavam a demitir o presidente do Conselho de Administração da Fundação e a pedir a substituição do professor Faria Paixão pelo doutor Travassos. Para além de terem ali a presidente da Câmara, que ainda não se tinha manifestado acerca daquela matéria, também tinham a presença de outro membro do Conselho de Administração que até talvez fosse interessante ouvir o que o mesmo poderia dizer acerca do assunto em causa.-----

A presidente da Câmara salientou que algumas pessoas atrás mencionadas não estavam ali para se defenderem. O presidente do conselho de administração da Fundação Robinson já tinha respondido ao vereador.

Relativamente à revista “Chaminés”, referiu que não tinha sido parada pelo doutor Travassos. Lembrou que a revista era bilingue e todos sabiam que o doutor Travassos era doutorado em literatura inglesa, há muitos anos que era professor e que, quando pegou na tradução da revista para inglês, apercebeu-se que não era o mais correto. O próprio professor referiu que não estaria ali enquanto professor de inglês, mas sim como vogal do conselho de administração e sugeriu que fosse feito um protocolo com a Escola Superior de Educação, dado existirem professores nativos, de língua inglesa, os quais poderiam traduzir, dignamente, aquela revista. Portanto, nunca houve intenção do vogal em quartar a possibilidade da revista sair.

Relativamente ao procedimento, disse que teve oportunidade de reunir com os Verdes, assim como teve com a Secretaria de Estado da Cultura, com a presença da diretora regional e, evidentemente não tinha sido o mais correto. A Câmara fez uma vistoria e embargou o que tinha a embargar e estava a tramitar.

Quando foi referido ter havido projetos, antes da classificação, houve um projeto do qual tinham conhecimento e que foi apresentado pela Fundação Robinson, em vinte e oito de novembro de dois mil e treze, após a classificação, o qual aprovou a abertura do concurso para a empreitada de infraestruturas para o espaço Robinson (fase I), com o respetivo caderno de encargos e onde estava incluída a demolição do referido pavilhão. Salientou que a dita candidatura tinha sido apreciada, quer pela CCDR, quer pela Direção Regional. Não houve parecer mas houve uma avaliação feita por aquelas entidades, no âmbito da candidatura e onde estava previsto, no caderno de encargos, a referida demolição.

Reconhecia que o procedimento não tinha sido o correto. No entanto, houve uma candidatura, aprovada pela CCDR, a qual passou pela Direção Regional, com a avaliação ao caderno de encargos e em que ficou prevista a demolição, após a classificação daquele espaço. Acrescentou que existia um relatório da responsável do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Património Arqueológico Industrial, professor doutora Leonor Madeiros, o qual passou a ler: “Relativamente ao património móvel – máquina – no interior do edifício demolido estavam armazenadas diversas máquinas e peças de elevado valor patrimonial, de importância atestada pelo doutor Jorge Custódio, especialista nesta matéria. O estado destas máquinas foi um dos principais motivos para a minha ida à fábrica.

Pude constatar que as mesmas, que constituíam um conjunto em deposição secundária, não eram originalmente deste lugar e tinham sido deslocadas para um armazém próximo. Ao que pude constar, esta mudança foi feita de modo a não danificar as peças. Ao que tudo indica, o espólio foi preservado na totalidade e com integridade mas apenas um funcionário da instituição que conheça devidamente o espólio, ou o próprio professor Custódio, poderiam atestar que nenhum dano foi causado, estando agora dentro de um edifício coberto, as máquinas e peças estão até em melhores condições de armazenamento, mais abrigadas dos elementos, especialmente da chuva, mais preparada para resistir a mais um inverno, acabado de começar.

Esta situação recente alerta-nos para a necessidade urgente e as necessidades num património único que, pouco a pouco, se está a perder e que poderá desaparecer, tanto das nossas paisagens, como das nossas histórias.”

Portanto, o espólio que estava dentro daquele espaço, que já nem se considerava um edifício, porque só já exibia duas paredes, estava agora melhor do que dantes.

De facto, trataram-se de ações sanáveis e não de má-fé.

Concluiu, referindo que aquela discussão devia servir para, de uma vez por todas, juntarem esforços e todos falem sobre o projeto da Robinson e o que se pretende para o futuro da Fundação, em vez de se apontar o dedo, uns para os outros.-----

Hugo Capote chamou a atenção para o facto de ninguém estar ali a por em causa a questão da demolição. O que estava em causa era a sensibilidade do conselho de administração da Fundação, nomeadamente os dois vogais que ratificaram a obra.

Para se preservar um património arqueológico e industrial tem de se cumprir o mínimo que era exigido: um licenciamento à Câmara e outro à tutela; uma informação legal.

O relatório que a Presidente leu, nem lhes foi dado a conhecer e, inclusivamente, só o professor Custódio é que poderia dizer se as máquinas foram danificadas, ou não. O conselho de administração da Fundação é que as devia ter preservado e tomado as medidas necessárias para não haver danos nas mesmas.

A questão era que a presidente da autarquia mantinha em funções quem não tinha a mínima sensibilidade para tratar de património arqueológico industrial. Perguntou-lhe se a mesma estaria em condições de se comprometer ali, na Assembleia Municipal, que aquele conselho de administração não iria mandar abaixo alguma das chaminés.

As condições políticas, em causa, tinham acabado -----

Fernando Rebola disse que todos teriam de pensar num projeto para a Fundação Robinson e, decididamente, o espaço tem de ser valorizado para possuir uma nova





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

centralidade para a cidade. Lamentou que, na intervenção da presidente da Câmara, tivesse visto pouco refletidas que as regras que o conselho de administração da Fundação eram idênticas aos dos demais cidadãos particulares ou coletivos, ou melhor, para se realizar uma intervenção tinham que ter as mesmas autorizações e licenças. Efetivamente, tinha-se avançado para a obra, sem terem a cautela de pedir as devidas licenças. -----

Maria do Rosário Narciso salientou que, ao contrário do que foi dito pela presidente da Câmara, a diretora regional da cultura disse-lhe, pessoalmente, que não tinha emitido nenhum parecer sobre autorizações a propósito das infraestruturas na Robinson. Acrescentou que a única coisa que lhe tinha chegado, desde a classificação, foi o pedido relativo às chaminés. Solicitou à presidente da Câmara que lhe enviasse a declaração da Direção Regional, a dizer que autorizaram o derrube dos edifícios em questão. O património era classificado e situações como aquela não podiam voltar a acontecer. -----

A presidente da Câmara esclareceu que não se tratava de um parecer mas sim de uma avaliação, feita pela Direção Regional de Cultura, no âmbito da candidatura e na qual era necessária uma avaliação que pressupunha a perceção do que estava antes e depois do caderno de encargos. A avaliação, feita pela Direção Regional, era obrigatória, no âmbito da candidatura, e era dada a pontuação máxima e onde estava também previsto o derrube daquelas duas paredes. O equipamento que estava lá dentro não foi retirado mais cedo porque não era pertença da Fundação, mas sim da Corticeira, Bros., SA. -----

Maria do Rosário Narciso salientou que o Conselho de Administração da Fundação não estava lá somente para proteger o património da Fundação, mas também tudo o que estava à sua guarda. -----

### **7 – Descentralização/Transferência de competências.**

O presidente da mesa informou que a requisição tinha sido feita pelo grupo municipal do PCP/PEV, e vinha de um compromisso estabelecido com todos os grupos municipais. -----

Hugo Capote disse que seria útil para todos se a Câmara dissesse alguma resenha do pacote já transferido e já aceite pela Câmara e dos que já tinham sido transferidos, mas que ainda não foram transferidos. Quanto às competências que ainda não tinham sido assumidas pela autarquia, questionou a presidente sobre qual a sua sensibilidade no assunto. Salientou que também estavam a falar do pacote relativo à educação, o qual tinha encargos e competências de monta. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Carvalho lembrou que a CLIP tinha apresentado uma recomendação, relativamente àquela temática da transferência, e propôs à mesa que se juntasse ao ponto, de modo a ser discutida em conjunto. -----

O presidente da mesa referiu que o documento junto pela CLIP tinha sido anexado ao ponto em apreço e, portanto, estava igualmente a ser abordado. -----

A presidente da Câmara disse que podiam dividir a questão em dois pacotes: um pacote de competências que já tinham aceite para dois mil e dezanove; e outras que ainda não tinham discutido e que seriam as mais complexas, necessitando de uma análise mais profunda. Na sua opinião, dificilmente iriam aceitar as mesmas.

Chamou a atenção para o facto de aquelas competências já serem dos municípios, desde janeiro de dois mil e dezanove. Os municípios poderiam, ou não, exercer tal competência. O que estavam a decidir era exercer ou prorrogar o exercício daquela competência. Quanto às competências do pacote inicial, que tinham a ver com as praias, não lhe pareceu existir qualquer problema. Na parte das modalidades de jogos de fortuna e azar, as competências que existiam outrora nos governos civis, o facto de passar para as câmaras não implicava trabalho administrativo ou custos a mais.

Quanto à questão das vias de comunicações, destacava-se a parte da manutenção das mesmas, que os preocupava de sobremaneira. No entanto, o que se pretendia era a manutenção dos troços que atravessavam os perímetros urbanos, ao nível dos semáforos e dos outdoors e não propriamente a manutenção das estradas nacionais.

Acrescentou que o diploma, ao ser lido pela primeira vez, até poderia assustar mas depois com as explicações que lhes foram dadas, desmistificaram-se as referidas competências, pertencentes ao primeiro pacote já aceite, em reunião do executivo.

Relativamente à justiça, na questão dos julgados de paz, poderia ser integrado, ou não, pois não era propriamente uma competência, porque os tribunais é que se encarregavam à mesma dos processos.

Quanto ao pacote da proteção civil, a questão prendia-se com o facto de terem acesso às transferências do Estado para as associações humanitárias. Assim como as estruturas de atendimento ao cidadão, que tinham a ver com os balcões únicos que poderiam vir a ser colocados nas freguesias. A questão da habitação, era algo que a Câmara já fazia. Mencionou ainda a gestão do património imobiliário sem utilização, em que havia uma novidade há muito esperada, dado que todo o património do Estado que estava devoluto há mais de três anos e que a Câmara podia pedir a cedência do mesmo, para ser utilizado, tanto pelo município, como por terceiros. Embora estivessem excluídos edifícios do Ministério da Defesa, do Ministério da Administração interna e da Segurança Social.

Ainda ao nível do estacionamento, referiu que as multas normalmente revertiam cerca de setenta por cento para a entidade que as aplicava e trinta por cento para os municípios, mas que passaria a ser ao contrário, quando a fiscalização for feita pelas autoridades (PSP ou GNR), passando a reverter setenta por cento para o município.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Caso fosse o município a aplicar a coima, então cem por cento do produto reverteria a favor do mesmo.

As áreas da educação, saúde, cultura, ação social e saúde animal ainda não tinham sido discutidas e aguardavam os diplomas que trariam o pacote financeiro.

Em conclusão, iriam começar o trabalho nas escolas, pedindo os relatórios com os gastos de funcionamento, para que quando o pacote financeiro chegasse se percebesse se seria suficiente. Relembrou a necessidade de requalificação da escola Cristóvão Falcão, a qual necessitava de dois milhões de euros para aquele efeito. A Câmara disponibilizava um milhão, numa primeira fase e havia ainda um reforço para ir a reunião de executivo, no valor de seiscentos e sessenta e seis mil euros.

Também a escola José régio precisava de uma requalificação e seria necessária uma avaliação urgente na mesma.

Em conclusão, o pacote de transferências tinha de ser avaliado e refletido em conjunto, porque embora não tivesse a ver com a vida atual do município, poderia ficar amarrado para o resto da vida. A responsabilidade era portante, enorme. -----

Hugo Capote disse que, pela leitura do documento, a Câmara tinha aceite aquelas competências sem ter tido em linha e conta o que é que aquilo tudo implicava.

Perguntou à presidente da autarquia porque é que, se a lei lhe permitia que os municípios tivessem dois anos para prepararem aquelas competências, não tinha esperado mais tempo para perceber o que é que realmente seria necessário, em termos administrativos e outros, e para, assim, poder usar melhor o tempo, até final do prazo. -----

Luís Carvalho disse que aquela questão era uma das mais importantes, durante a vigência do mandato, a qual teria um impacto significativo na gestão do Município, a médio e longo prazo, merecendo por isso um debate mais exaustivo, da parte dos grupos políticos.

A recomendação apresentada pela CLIP teria dois ou três objetivos: inicialmente, tinha a ver com virtuosidade daquela lei e os potenciais benefícios/implicações da aceitação das transferências, já conhecidas; a segunda, apontava para um conjunto de constrangimentos que, à partida não sendo insolúveis, lhes colocavam muitas reticências; e, por fim, centrar o debate e ter uma preocupação especial com as competências que terão maior impacto nos recursos, nas verbas e no património edificado, nomeadamente na educação, a qual deveria merecer uma maior reflexão, sendo apontados diversos alertas e necessidades de ampliar a informação de base para uma tomada de decisão mais informada.

Acrescentou que seria importante existir um processo de monitorização e de avaliação preliminar daquilo que corria bem e do que corria menos bem, assim como do tipo dos impactos efetivos ao nível da reestruturação dos serviços, ao nível da estrutura interna da autarquia, para poderem responder às novas competências. Por outro lado,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

preocupava-o o facto do Município conseguir assegurar uma melhor qualidade na prestação de determinados serviços à população.-----

Miguel Monteiro disse que o timing da discussão ideal não era aquele, em que já tinham em cima da mesa um conjunto de questões, as quais já tinham sido alvo de decisão e que, de certa forma, eram irreversíveis, sem que pudessem dar o contributo. Portanto, parecia-lhe que quando os diplomas setoriais começavam a surgir e quando o edifício global da descentralização, que tanto os assustou, aos poucos começava a criar as suas ramificações, nomeadamente na parte que tocava aos municípios, notou que havia ali um cuidado acrescido para evitar que, em termos financeiros e operacionais, os municípios ficassem demasiado carregados com a responsabilidade. Era sabido que um dos pacotes que mais assustava era o da saúde, mas desde cedo se percebeu que, afinal de contas, para o município de Portalegre e outros do distrito a questão não se colocou. Obviamente que a questão da educação também era muito sensível e teria de ser muito bem acompanhada.

Em termos gerais, o que ficava era que aquilo que se pensava ser o “monstro” da delegação de competências ou da descentralização para as autarquias acabou por não ser assim tão grande, o que considerou um aspeto positivo.

Na sua opinião, o órgão mais próximo das populações teria tendência a gerir melhor os parques dinheiros públicos que lhes eram atribuídos, do que um órgão que ficasse mais distante das mesmas.

Portanto, todo o período de adaptação e todo o cuidado no pacote geral de descentralização davam, ainda assim, algumas garantias de que as Câmaras estarão com os acertos que teriam de ser feitos, ao nível dos pacotes financeiros a transferir.

Em conclusão, disse que a bancada do PS aceitava também o desafio que tinha sido lançado pelo membro Luís Carvalho – CLIP, para que nas matérias necessárias, ou em termos globais, se debruçarem e darem os contributos para que a experiência corresse da melhor forma e se prestasse um melhor serviço público aos cidadãos.-----

Fernando Rebola disse que, felizmente, a questão estava centrada naquilo que era o essencial e que era no facto de admitir que a transferência de competências tinha de ser realizada até dois mil e vinte e um mas, atualmente, a urgência traduzia-se numa vantagem no acesso e na qualidade dos serviços prestados aos munícipes, ou não.

Teriam de refletir para distinguir o plano dos princípios do plano operacional.

Em conclusão, disse que teriam de se focar e verificar se a Câmara Municipal reunia as condições para corresponder às exigências colocadas na transferência de competências. Era também necessário compreender a questão do equilíbrio benefício/custo, pois era determinante para constituir o puzzle completo para perceber se de facto existia equilíbrio nas transferências para os municípios. Salientou que um dos princípios das transferências de competências era a equidade e preocupava-o se, efetivamente, nalgum dos municípios as mesmas tivessem o efeito contrário ao esperado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote, pelo que ouviu da CLIP, deduziu que a aceitação da transferência das competências já aceites se justificava como se de um período probatório se tratasse, ou melhor, experimentava-se para ver como iria correr, mesmo que não resultasse em nada. Chamou a atenção para o facto de já não se poder voltar atrás, nem recusar as transferências assumidas.

Lembrou que a presidente da autarquia já tinha uma experiência muito efetiva com a transferência de competências da Administração Central para os municípios.

Referiu ser verdade que o serviço educativo funcionava melhor desde que tinha sido descentralizado, porque as autarquias compensaram e reforçaram aquilo que a Administração Central não tinha feito. O valor das refeições tinha de ser complementado pelas autarquias, assim como o número de assistentes operacionais; a verba que a administração transferia não chegava sequer para por as escolas a funcionar.

Felizmente que a Câmara estava livre do serviço de saúde porque, caso contrário nem saberiam no que se iriam meter.

Destacou que se havia uma coisa que resultava daquela discussão era que a Câmara Municipal de Portalegre nem sequer tinha meios financeiros nem humanos para manter aquilo que já tinha (imóveis, etc.). Não podiam assumir património e nem tinham verba ou meios para executar questões daquelas.

O que a experiência dizia era que aquilo se tratava de uma mera transferência de execuções e não havia uma verdadeira descentralização. O que o Estado estava a transferir para as autarquias era uma espécie de jogo de sorte e azar.

No início até poderia ser, relativamente, compensador mas acabaria sempre por sobrar para a autarquia.

A CDU temia que, com aquela lei, ao fim de dez anos, iria pagar-se um preço muito caro. O fulcral da questão era não se por em causa a equidade de acesso ao serviço público. Saliu o facto de o Estado não ter, nem nunca ter tido, mecanismos de compensação e, obviamente, não era a mesma coisa manter uma Câmara no interior do país ou uma no litoral. Recordou que a lei do fundo financeiro para a descentralização, para dois mil e dezanove, tinha sido recusado, em sede de especialidade. Não podia haver qualquer pacote financeiro, porque não estava aprovado no orçamento de Estado.

Em conclusão, referiu que o período probatório, nas transferências de competências que já tinham sido aprovadas, não iria ter grande diferença. As verdadeiras transferências, de mais impacto, deveriam ser já aceites de modo a que, nos primeiros dois anos, tentarem perceber se as conseguiriam manter. Os municípios mais pobres nunca irão conseguir combater e competir com os ricos, naquela questão. A lei não dava hipóteses, nem opções de ver primeiro como iria correr e depois, ao fim de um ano, sair. A opção seria ver como é que iria funcionar com outros municípios, primeiro. Por último, solicitou à mesa para apresentar uma proposta:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Proposta – CDU (Hugo Capote)**

“Posto isto, atendendo aos considerandos referidos, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a vinte e dois de fevereiro, delibera, rejeitar a assunção, em dois mil e dezanove, das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais, nomeadamente todos os que já assumimos e aqueles que viriam a assumir.”

Ricardo Romão disse perceber o que foi dito pelo membro da CDU. Contudo, a questão era que em dois mil e vinte um, se nada se alterar, assumiriam as competências. Algumas competências, até para efeito de modelo, podiam ser assumidas, para que a Câmara se adaptasse gradualmente, uma vez que o período de transição previa que assim fosse. A discussão principal já tinha sido feita na Assembleia da República e, contra tal, não podiam argumentar ali, a menos que, nas próximas eleições, houvesse uma alteração qualquer e que, em dois mil e vinte um, a coisa não se concretizasse. Seria a única hipótese. A discussão não era filosófica, mas sim política, sobre a verticalização dos serviços. O que atualmente se estava a fazer era desconstruir uma verticalização de muitos dos serviços que existiam, para passarem a ser desempenhados por órgãos que as Câmaras muitas vezes nem sequer sabiam se tinham condições para os assumirem. No entanto, a decisão não tinha sido, nem seria, da autarquia, mas sim do Parlamento e já tinha passado. Portanto, a questão era se todas assumiriam ou só algumas, ou se seria gradualmente.-----

Hugo Capote salientou o facto de haver eleições legislativas dentro de pouco tempo e resultará um quadro completamente diferente, em que já se poderia colocar a questão, noutros moldes. Daquele modo, já não teriam de assumir consequências, para as quais não estavam preparados. -----

Fernando Rebola perguntou qual tinha sido a proposta de votação que o membro Hugo Capote tinha proposto.-----

O presidente da mesa leu novamente apresentada pela CDU.-----

Luís Carvalho, relativamente à proposta apresentada pela CDU, referiu que o que estava expresso na lei era que a competência, naquele momento, era da autarquia. A Assembleia Municipal só se pronunciava em caso de haver uma deliberação em sentido contrário da Câmara. Só havia uma deliberação da Assembleia Municipal quando a Câmara não aceitava determinado tipo de competência.-----

O presidente da mesa salientou o facto de haver uma diferença entre o que era legal e o que era ilegal e nulo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote lembrou que o que a lei dizia era que, para a não aceitação, os dois órgãos teriam de se pronunciar. A sua leitura era de que a Assembleia Municipal também teria de se pronunciar e se se pronunciasse no sentido contrário do executivo, podia valer, ou melhor, a Assembleia Municipal tinha de se pronunciar no sentido da não aceitação. -----

O presidente da mesa achava que não era necessário haver eleições para cada partido expressar devidamente a sua opinião, relativamente àquelas matérias porque, na verdade, eram decretos lei e todos os partidos tinham faculdade regulamentar para require a apreciação dos mesmos. Até à data, os decretos lei não tinham sido apreciados parlamentarmente. Lembrou que o decreto lei era o produto legislativo do Governo e a Assembleia da República, muitas vezes, chamava a si própria a competência de apreciar, parlamentarmente, cada produto. Concluiu dizendo que, relativamente àquele em causa ainda podia vir a acontecer, mas que, até à data, tal não aconteceu. Informou os presentes que, de seguida, iriam passar às deliberações dos pontos de discussão. -----

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **Voto de pesar (Dr. José Luís A. Rocha)**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido voto de pesar. -----

#### **Voto de pesar (Dr. José Cipriano Batuca)**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido voto de pesar. -----

O presidente da mesa propôs um minuto de silêncio. -----

#### **Recomendação do PS - diligências de classificação do edifício Teatro Portalegrense;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação. -----

#### **Recomendação do PS - aquisição do imóvel - Teatro Portalegrense**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, rejeitar a aquisição, com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PCP e PSD e os votos contra do PEV e da CLIP.-----

### **Declaração de voto – PEV (Maria Narciso)**

“Voto contra a proposta do PS, sendo que a mesma prevê a abertura de uma rubrica orçamental, no próximo orçamento da Câmara, capaz de cobrir os custos de aquisição e salvaguarda do edifício e sendo que nenhuma negociação prévia ocorreu entre a Câmara e o proprietário, abrindo assim a possibilidade de compra por um valor excessivamente elevado. Para além disso, a autarquia recusou a compra dos edifícios da Robinson, por um valor bem inferior, património sobre o qual tem uma responsabilidade direta na conservação e preservação.

Por fim, parece-lhes que tendo a Câmara tantos edifícios por recuperar, nomeadamente os da Robinson, deve dar prioridade à recuperação dos mesmos.

Deve sim considerar o edifício como imóvel de interesse municipal, impedindo assim a sua descaracterização e empenhar-se numa solução que honre a memória deste espaço, tão importante para os portalegrenses.”

### **2 – Atas n.ºs 11 e 12 relativas à reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada em 14 de dezembro de 2018 e à reunião extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2018, respetivamente;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três abstenções, por ausência, aprovar a ata n.º 11.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco abstenções, por ausência, aprovar a ata n.º 12.-----

### **3 – Correção material ao Plano de Pormenor da Avenida do Brasil, lotes n.ºs. 4, 6 e 29;**

- Deliberação da CMP de 26.12.2018 -

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto n.º 3.-----

### **4 – Consulta prévia para a prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas;**

- Deliberação da CMP de 23.01.2019 –





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa disse que posteriormente, no período das votações, estariam em condições de votar apenas a proposta para admissão da sociedade que restava, o que seria feito por voto secreto.-----

Mais foi deliberado: Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento por maioria, através de escrutínio secreto, adjudicar à firma “Noras Silvério & Associados, sroc, Ld.ª”, a prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, tendo entrada na urna vinte e seis votos, tantos quantos os membros presentes na reunião. Após escrutínio verificou-se a seguinte votação: 1 voto contra, 8 votos em branco e 17 a favor.- -----

### **5 – 5.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais, lote nº. 4 – Final do período de discussão pública;**

- Deliberação da CMP de 06.02.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto n.º 5.-----

### **6 – Fundação Robinson;**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

### **7 – Descentralização/Transferência de competências.**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PCP/PEV e os votos contra dos restantes grupos, rejeitar a proposta apresentada.-----

### **Aprovação em minuta:**

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 7.<sup>a</sup> sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01.15 h, do dia 23 de fevereiro do ano de 2019 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

*(escrita conforme o novo acordo ortográfico)*